



A ESCRITA FEMININA REVISITANDO A HISTÓRIA

WOMEN WRITERS FACING HISTORY

Ana Cristina dos Santos*

Doutora em Letras Neolatinas/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: anacriss@terra.com.br

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

*Endereço: Ana Cristina dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rua São Francisco Xavier 524, 11 andar, sala 11029, bloco A, Instituto de Letras. Maracanã. Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.550-013.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 15/05/2013. Última versão recebida em 06/06/2013. Aprovado em 07/06/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review (revisão de admissão) pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a releitura da História na literatura escrita por mulheres e verificar como essa releitura reordena e completa o passado, favorecendo a reconstrução identitária dos sujeitos históricos femininos (CUNHA, 2004). A partir do questionamento da historiografia oficial (BENJAMIN, 1985) e dos conceitos de metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1999), analisam-se as obras *El pergamino de la seducción* (2005), da escritora nicaraguense Gioconda Belli e *Malinche* (2006), da mexicana Laura Esquivel. Nessas obras, ao dar voz a duas personagens ex-cêntricas, as autoras propõem recontar uma nova versão dos fatos históricos desde uma perspectiva feminina, resgatando das margens da historiografia oficial as figuras da rainha Joana I de Castilha e da índia mexicana Malinche. Através do diálogo com a história, as narrativas problematizam o passado histórico por meio da literatura e contribuem para desarticular as categorias conceituais de verdade, discurso e identidade. Também contestam as formas de representação das personagens no passado histórico e reafirmam a individualidade feminina em um mundo dominado pelo sujeito masculino. Dessa forma, as personagens criadas fogem do estereótipo feminino que prima pela submissão à voz masculina e pela negação do conhecimento e do poder. Com isso, os textos revelam uma intervenção transgressora à história oficial: devolvem às figuras femininas de Joana e Malinalli o lugar que a História e a sociedade lhes recusaram, reconstruindo o discurso historiográfico oficial espanhol e hispano-americano.

Palavras-chave: narrativa hispano-americana; metaficção historiográfica; escrita feminina, identidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the rereading of history in literature written by women and check how this rereading redefines and complete the past, favoring the identity reconstruction of those feminine historical subjects (CUNHA, 2004). Beginning with the questioning of official histography (BENJAMIN, 1985) and the concepts of historiographic metafiction (HUTCHEON, 1999), the following work are put to test *El pergamino de la seducción* (2005), of the Nicaraguan writer Gioconda Belli and *Malinche*(2006), of the Mexican Laura Esquivel. On those works, the authors propose retelling, when giving voice to two ex centric characters, a new version of the historical facts on a feminine perspective, reclaiming from the official histography borders the figures of the queen Joana I from Castilha and the Mexican Indian Malinche. Through dialogue with the history, the narratives problematize the historical past through literature and contribute to dismantling the conceptual categories of truth, discourse and identity. Also contesting the ways of characters' representation in the historical past and reaffirming their individuality in a world dominated by male subject. Thus, the created characters go beyond the female stereotypical, known as stressed by a male voice submission and a denial of knowledge and power. In this way, the texts are opened to a transgressive intervention in official history: returning the feminine figures of Joana e Malinalli to the place History and society have denied, rebuilding the official Spanish and Spanish American historiographical discourse.

Keywords: Spanish American narrative; historiographic metafiction; feminine writing; identity.

Quizás para llegar al fondo de la dominación que históricamente ha padecido la mujer y poder liberarla, se evidencia que las escritoras sienten la necesidad de cuestionar o desmitificar no sólo la historia nacional, la latinoamericana o la universal, sino también la mitológica y la religiosa (CUNHA, 2004, p. 17).

1. INTRODUÇÃO

Nosso interesse nesse trabalho é verificar como ocorre a releitura da História na literatura escrita por mulheres e, conseqüentemente, como essa releitura reordena e completa o passado, favorecendo a reconstrução identitária dos sujeitos históricos femininos. A discussão se centra principalmente em torno do processo de desconstrução do discurso historiográfico oficial que tende a menosprezar a participação da mulher nos fatos históricos e a reconstrução de um novo discurso que resgata e valoriza essa participação, dando-lhes novos significados históricos. Para ilustrar a discussão proposta, detemo-nos nas análises das obras *El pergamino de la seducción* (2005), da escritora nicaraguense Gioconda Belli e *Malinche* (2006), da mexicana Laura Esquivel. As reflexões apresentadas por ambas as autoras problematizam o passado histórico por meio da literatura e contribuem para desarticular as categorias conceituais de história, ficção, verdade, discurso e identidade. Ao mesmo tempo em que os textos desconstroem essas categorias, eles favorecem a elaboração de novas estratégias de subjetividades que reconstroem novos signos de identidade para as personagens históricas relegadas pela história oficial falocêntrica.

A partir da década de 70 do século XX, segundo Trouche (2006, p. 40), surgiu na literatura latino-americana um grupo de escritores que tomou o fato histórico como intertexto e apresentou novas tendências sobre a maneira de representar o passado histórico. Esses autores questionaram e desconstruíram as versões legitimadas pela historiografia oficial e produziram novas leituras para os fatos históricos. Dentro desse grupo, encontra-se um número de escritoras cuja temática se centrou particularmente na opressão e conseqüente submissão social da mulher. A liberação do sujeito feminino tanto no plano social e político quanto no pessoal ocupou um lugar proeminente em suas obras. Através de contos e/ou romances, as escritoras denunciaram a opressão com relação ao gênero, opção sexual, etnia, raça e classe social sofrida pela mulher na cultura latino-americana.

Suas narrativas partiam geralmente de um estilo considerado tradicionalmente realista e, em muitos sentidos, aproximavam-se do documentário ou do testemunho. Por isso, muitas vezes tomavam o fato histórico como tema para reescrever a História, apresentando outra versão para o ocorrido em que, embora estivesse presente a problematização da representação,

mostrava a possibilidade de novas versões, mais verdadeiras que a hegemônica, pois revelava a visão dos vencidos e/ou excluídos em substituição à versão oficial historiográfica. Segundo Cunha (2004, p.16), para essas escritoras “la literatura se ha convertido en uno de los principales vehículos para alterar esa identidad otrora fijamente establecida en la historia”.

Surgiu, então, uma novelística produzida por mulheres cuja importância foi a de criar uma geração de escritoras fortemente comprometidas com as contradições do poder inerentes às sociedades contemporâneas, especificamente no que tangia ao universo feminino. Por conseguinte, reexaminaram conceitos como liberdade, identidade, etnia e questionaram o lugar da mulher nas relações sociais. Nos textos, as personagens femininas fugiam dos estereótipos que primavam pela submissão à voz masculina, pela negação do corpo e do prazer e pelo rechaço à dedicação exclusiva da mulher ao espaço privado do lar, sem participação ativa na vida pública.

Gioconda Belli e Laura Esquivel fazem parte desse grupo de escritoras. Suas narrativas enfatizam como a subjetividade feminina está construída culturalmente dentro das relações de poder e propõem possibilidades subversivas para reescrever a identidade feminina dentro dos termos do próprio poder, mas sem repetir as estruturas de dominação patriarcal. Para tanto, a ferramenta principal utilizada por elas é a releitura dos eventos históricos a partir da participação das mulheres que foram propositadamente ignoradas pela historiografia oficial na narração do passado. Mediante essa releitura, os discursos narrativos de Belli e Esquivel plasmam uma visão particular da História: essa passa a ser construída também pela participação dos sujeitos femininos nos fatos históricos registrados. Desse modo, suas obras entendem o passado como uma construção discursiva, na qual, segundo Velasco Marin (2007, p. 551), a linguagem não é um mecanismo neutro, mas um instrumento de força que obedece ao processo de hegemonia cultural do gênero dominante - o masculino e, sob esse pilar ideológico, a historiografia oficial reconstrói o passado.

Porém, antes de iniciar a análise das obras Belli e Esquivel, é essencial abordar a relação entre história e ficção para podermos compreender como as autoras desconstróem o discurso historiográfico oficial e reconstróem uma nova subjetividade para as personagens históricas.

2. HISTÓRIA E FICÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Bastos (2007), já na época clássica, as reflexões feitas por Aristóteles apontavam que tanto o poeta quanto o historiador narravam fatos. Entretanto, o primeiro

narrava fatos passíveis de terem acontecido e o segundo apenas os que tinham realmente acontecido. Durante muito tempo, essa reflexão foi o ponto de partida para a definição e a distinção entre o poeta e o historiador. Desse modo, a História se assentava na verdade objetiva, enquanto a Literatura na verossimilhança. Em seus textos, o poeta poderia e deveria suprir as lacunas da história, mas nunca transpor os limites da “verdade histórica” de maneira a tornar irreconhecíveis os fatos considerados como verdadeiros. A função da literatura era apenas a de complementar a verdade existente na História.

Essa distinção entre poeta e historiador tem sido retomada ao longo do tempo, entretanto, ainda em nosso século, a distinção entre os dois permanece irresolvida. Tal insolvência tem relação, no âmbito da História, com a relativização do conceito de verdade histórica, nascida, sobretudo, da consciência cada vez maior de ser a escrita histórica uma construção cultural e, portanto discursiva, como nos assevera Pesavento (2006):

[...] a narrativa histórica, representação do passado, se aproximaria, perigosamente, da definição aristotélica da poesia, pertencente ao campo da ficção. Ou seja, as versões do acontecido são, de forma incontornável, um *poderia ter sido*. A representação do passado feita pelo historiador seria marcada por esta preocupação ou meta: a da *vontade de chegar lá* e não da certeza de oferecer a resposta certa e única para o enigma do passado. (grifo da autora).

Essa constatação da incerteza da verdade absoluta do fato histórico por parte dos historiadores perpassa também no âmbito da literatura e evidencia a impossibilidade de um discurso verbal neutro e objetivo da história. Dessa forma, inicia-se um processo de desmistificação da “verdade histórica” e de aproximação da narrativa histórica à narrativa literária: “ a história não existe senão como texto [...] ela está sendo repensada como uma criação humana” (HUTCHEON, 1991, p.34). Sendo assim, a “verdade” do fato histórico pode e deve ser questionada por aqueles que foram excluídos da História.

Um dos teóricos que, *avant la lettre*, questionou a “verdade” dos fatos históricos foi Walter Benjamim (1994) ainda na primeira metade do século XX. Segundo ele, a História era contada sob a perspectiva da classe dominante. Nos textos históricos não se ouviam as vozes caladas e soterradas dos excluídos presentes nos escombros de um passado violento e repressor. A questão primordial era examinar, em termos de literatura, como se poderia escrever outra versão da História, a partir do testemunho dos dominados, desvelando a *verdade* escondida sob esse passado.

Para o autor, o conceito de verdade inerente à História deveria ser questionado, porque a historiografia não era capaz de revelar a realidade e tampouco a sua “verdade”. Em uma realidade dúctil, como a que vivemos, a percepção de verdade depende sempre da visão de quem reconta os fatos: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo” (BENJAMIN, 1985, p. 224). A obra literária deveria se transformar, então, em uma forma de questionamento da historiografia oficial, alterando o que se conhecia como verdade absoluta. A História a ser contada pela literatura era aquela esquecida pela versão do dominador: a dos vencidos que nunca puderam figurar no palco principal. O historiador deveria debruçar-se sobre as lacunas do passado em busca do não dito, do que estava soterrado sob as ruínas da História Oficial. Essa tarefa era necessária porque os textos históricos apenas produziam uma historiografia que valorizava os fatos relacionados às conquistas dos vencedores. Para o autor, era obrigação de o poeta voltar ao passado de ruínas para recontar as histórias de exclusão.

No sistema de opressão das sociedades hegemônicas, no qual há “uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína” (BENJAMIN, 1985, p. 226), a verdade histórica está aprisionada no passado, clamando por libertação. Só na volta a esse passado, recontando a História Universal não pela vertente dos vencedores, mas segundo a visão dos marginalizados, há a possibilidade de libertação, porque é possível encontrar e trazer ao presente as “outras verdades” escondidas. Quando se reconstrói e se reinterpreta o passado, olhando-o como esse acúmulo de ruínas, ou, como afirma Benjamin (1985, p. 231) “escovando a História a contrapelo”, pode-se reescrever o presente e, por conseguinte, compreendê-lo melhor.

A argumentação presente na teoria de Benjamin foi importante para a crítica pós-moderna. Para entender os novos romances históricos que surgiram no final do século XX e perpassam pelas primeiras décadas do século XXI, os teóricos não só questionaram a reinterpretação do passado, mas também problematizaram o conceito de verdade, quem o criava e como ele era definido. Com esses questionamentos, a crítica pós-moderna deixou de diferenciar literatura e história, pois, entendia tanto a narração histórica quanto a narrativa fictícia como construções linguísticas, portanto, repletas de subjetividades. Nessa perspectiva, ambas foram identificadas como discurso e se assentavam mais na verossimilhança que na verdade objetiva: “O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentidos ao passado”. (HUTCHEON, 1991, p. 122). Dessa forma, a estética pós-

moderna mostrou a impossibilidade de o homem conhecer a realidade e representá-la através da linguagem. Nesse aspecto, questionou-se o próprio conhecimento histórico. Se o acesso ao passado só pode ocorrer pela textualidade, logo, a História só existe enquanto texto e não pode ser conclusiva porque os fatos históricos podem ser alterados segundo a visão de quem os conta. As diferenças, portanto, desaparecem com o reconhecimento de um princípio discursivo comum entre história e literatura. Com esse reconhecimento, a narrativa ficcional adquiriu também uma pretensão à verdade, antes inerente apenas à histórica. Assim, desapareceram as dicotomias que durante séculos diferenciaram os dois discursos: real e imaginário, verdadeiro e inventado, o que aconteceu e o que poderia ter acontecido.

Com a ruptura das diferenças entre história e ficção, surge uma série de narrativas históricas contemporâneas que demonstram que nenhum dos documentos ou artefatos utilizados pelo historiador é uma evidência neutra da reconstrução dos fenômenos históricos¹. Essas narrativas têm como tema central a discussão sobre o quão subjetivo pode ser o discurso histórico, que está mediado pela linguagem e pode ser falsificado pelos sistemas discursivos. Verifica-se a não existência de uma unidade factual comprobatória para os eventos do passado. Assim, é necessário rever até que ponto o dito realmente ocorreu, pois o que se define como real e verdadeiro pode nunca ter acontecido. Desse modo, essas narrativas releem o passado, desconstruindo e reconstruindo os eventos históricos. Mostram a “verdade histórica” como uma reconstituição provocada pela servidão de quem registra tais eventos frente aos fatores sócio-econômicos e ideológicos de seu tempo.

3. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

A teórica canadense Linda Hutcheon (1991) utiliza o termo metaficção historiográfica para explicar esses novos modelos de narrativa histórica na pós-modernidade. O conceito de Hutcheon tem por intenção, tal qual a postura de Benjamin, problematizar o fato histórico concebido como *verdade* absoluta e, portanto, inquestionável. A autora canadense defende a teoria pós-moderna de que só se conhece o passado através do discurso. Desse modo, tanto a escrita da história quanto a da ficção partem da verossimilhança e não da verdade: a História volta às ruínas do passado e escolhe somente uma parte da verdade, a parcial, para recontar às gerações futuras como uma *Verdade* absoluta. A teórica preconiza que cabe ao método

¹ O questionamento não ocorre somente nas narrativas consideradas literárias. Ele está presente também entre os historiadores que começam a publicar novas *versões* dos fatos históricos, revelando a subserviência da escrita histórica à ideologia do poder hegemônico.

ficcional historiográfico revelar “abertamente que só existem *verdades* no plural e jamais uma só Verdade [...]” (HUTCHEON, 1991, p. 146).

Argumenta que reescrever o passado na ficção constitui um processo semelhante ao da escrita da História: ambas se dirigem ao passado numa tentativa de reavaliá-lo e reconstruí-lo no presente. Porém, enquanto a História prioriza a voz da classe dominante, os textos metaficcionalistas históricos priorizam os segmentos até então silenciados pelas narrativas oficiais, através de protagonistas ex-cêntricos, marginalizados e periféricos. As narrativas resgatam personagens que revelam uma identidade escondida até então pela tradição ficcional.

A metaficção historiográfica reformula as estratégias e as convenções do romance histórico tradicional ao questionar as referências do passado e ao revisar os conceitos de autoridade, certeza, verdade, centro, continuidade, totalização e homogeneidade. A reformulação desses conceitos acaba por problematizar também questões relativas à identidade tanto coletiva quanto individual. Os autores percebem que a construção identitária está relacionada aos sistemas de representações e práticas sociais e, portanto, à construção do discurso. Ao recontar a História, as novas narrativas históricas indagam acerca das versões tradicionais da identidade e preenchem os espaços em branco do passado apagados pelo discurso historiográfico, revelando uma História construída também pelos personagens ex-cêntricos.

Para o pesquisador André Trouche (2006, p.43), a utilização do termo “metaficção historiográfica” não é suficiente para explicar teoricamente as obras que tomam o histórico como intertexto na América Latina, tanto na época contemporânea como nas anteriores. Para ele, o termo cunhado pela teórica canadense não explica a intervenção transgressora das novelas escritas na região, que questionam a possibilidade de representação do passado e produzem uma verdadeira contra-história. Para o teórico (2006, p. 43-4), a conceituação para esse tipo de romance na América Hispânica não deveria ser o de “metaficção historiográfica” proposto por Hutcheon² e tampouco o de “nova novela histórica”, proposto para as narrativas históricas produzidas no continente americano por Fernando Aínsa (1991). Segundo Trouche (2006, p. 44), o conceito que mais se adéqua a esses textos é o de “‘narrativas de extração histórica’ entendido, conceitualmente, como o conjunto de narrativas que encetam o diálogo com a história, como forma de produção de saber e como intervenção transgressora”.

² Em suas reflexões a, a teórica Linda Hutcheon não se centra especificamente nas narrativas de escritores latino-americanos.

Como o presente trabalho não pretende selecionar a melhor nomenclatura para esse tipo de romance, mantemos a denominação metaficção historiográfica sem questionar as conceituações e tampouco se são pertinentes ou não para os romances produzidos na América Latina. Para os objetivos do trabalho que é problematizar uma das principais características no entrecruzamento contemporâneo do discurso histórico e ficcional presentes nas obras de Belli e Esquivel para a recuperação das figuras de Joana e Eva, personagens ex-cêntricas, marginalizadas e esquecidas pelas narrativas hegemônicas e, a partir dessa recuperação, analisar a reconstrução identitárias dessas personagens, o termo proposto por Hutcheon é o mais adequado. Inclusive porque, como nos assinala Esteves (2007, p. 115), uma das principais características priorizada pela crítica canadense como fundamental para a existência das metaficções historiográficas, e a que interessa para os resultados de nosso artigo, é “... a possibilidade de recuperar figuras marginalizadas, periféricas ou “ex-cêntricas”, esquecidas ou desprezadas pelas narrativas hegemônicas”.

Desse modo, a revisão histórica feita pelas narrativas metaficcionais historiográficas coincidiu com a reorientação dada pela escrita de autoria feminina. A partir da década de 70 do século passado, revisaram os fatos históricos no sentido de enfatizar o passado das figuras femininas na História. As escritoras reescreveram a História das nações para reivindicar a participação das mulheres na construção da nacionalidade, para desvelar o jugo do autoritarismo, da subordinação, da passividade feminina e dos papéis estereotipados que as sociedades patriarcais outorgavam às mulheres. Essa descentralização conceitual do sujeito feminino foi para o filósofo Stuart Hall (2005, p. 45) uma das grandes rupturas identitárias ocorridas na pós-modernidade: “Ele [o feminismo] também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeito generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação como homens/mulheres, [...]”.

Ao voltarem ao passado e reescreverem o fato histórico, as obras dessas escritoras contestam a noção de *verdade* construída sob a égide masculina para construir outra possibilidade de verdade. Isso ocorre especialmente quando as narrativas estabelecem uma relação dialógica com a História ao dar voz às personagens periféricas. Dentro dessa perspectiva, os textos não inserem a mulher na história já escrita, mas vê a História a partir de um espaço de alteridade, como nos assevera Cunha (2004, p. 24): “El discurso de la mujer no consiste exclusivamente en aislarse dentro de la recreación de la interioridad para distanciarse del discurso del hombre, sino precisamente en reinsertar la voz de la mujer que narra la historia desde su punto de vista, y por lo tanto, la completa”. Ao recontarem a História,

segundo uma visão feminina, as autoras buscam libertar a mulher das cadeias da hegemonia patriarcal que submetem o gênero feminino a uma posição passiva na sociedade. Suas narrativas denunciam as discriminações de gênero sofridas com o intuito de alcançar um reconhecimento negado à participação da mulher nos fatos históricos. Com isso, reivindica o ingresso do sujeito feminino nas fileiras daqueles que participaram ativamente da construção da História do país. Através dessa ressignificação dos papéis sociais da mulher, as narrativas reconstróem e redefinem uma identidade outra, diferente da hegemônica e estruturada a partir do próprio olhar feminino.

Essa ressignificação está presente nas obras *El pergamino de la seducción* (2005), da escritora nicaraguense Gioconda Belli e *Malinche* (2006), da mexicana Laura Esquivel. A intervenção transgressora que impugna o estabelecimento de uma verdade está presente nas obras e nos permite discutir questões vinculadas à reconstrução identitária feminina. Nesses dois romances, os limites entre História e ficção se confundem. As autoras propõem recontar, ao dar voz a duas personagens ex-cêntricas, outras versões dos fatos históricos desde uma perspectiva feminina, resgatando das margens da historiografia oficial as figuras da índia mexicana Malinche e da rainha Joana I de Castilha. As narrativas estabelecem uma relação dialógica com a História. Não negam a historiografia oficial, mas explicitam que ela está subjugada ao ser humano e, portanto, pode ser alterada. Enfatizam que tais alterações dependem somente da vontade de quem narra os fatos históricos, ou seja, quem possui o poder no/do discurso.

A obra de Esquivel abarca o tema da conquista espanhola, através da releitura da participação da índia Malinche que serviu de intérprete de Cortés na Conquista do México. A obra de Belli reconstrói, por intermédio da história dos personagens Lucía e Manuel, a vida da rainha Joana I de Castilha. Ambas as narrativas recontam a história das personagens desde o nascimento até a morte. A partir da reescritura e reinterpretação do passado, as duas obras discutem questões vinculadas à reconstrução identitária na literatura escrita por mulheres, porque, reivindicam uma identidade diferente das já existentes na sociedade atual. Tanto Malinche quanto Joana I não são personagens reconhecidas pela historiografia oficial. Basta lembrar que Joana I de Castilha é conhecida como a rainha que enlouqueceu por amor e cuja alcunha é a Louca. Já Malinche é reconhecida pela história hispano-americana e mexicana como *La Chingada* ou a grande traidora de sua raça indígena por ter ajudado os espanhóis na destruição do império asteca e, conseqüentemente, na conquista do México. A luz dessas *verdades* consabidas nos textos historiográficos oficiais torna-se central nos dois romances recontar os eventos passados, para poder conhecer as outras verdades escondidas pelo poder

hegemônico patriarcal nos fatos históricos.³ Somente assim, as escritoras podem reconstruir outras identidades para as personagens, condizentes com a real participação que elas tiveram no decorrer dos eventos históricos.

4. ROMPENDO O SILÊNCIO DA HISTÓRIA

Em ambos os textos, as autoras desarticulam a *verdade absoluta* inerente aos textos históricos escritos sob uma ideologia patriarcal para construir outro tipo de verdade, agora conforme a ideologia de liberação do gênero feminino. Mostram que as versões das histórias de Joana I de Castilha e de Malinalli⁴ que se conhece universalmente - a versão denominada “oficial”- são falsas e injustas com a real participação que elas tiveram nos eventos históricos. Elas foram descritas pelo poder hegemônico a partir do ponto de vista do gênero masculino que, por meio dessa descrição, legitimou o seu poder sobre o gênero feminino e, conseqüentemente, sobre elas. Através de suas narrativas, releem a História e reivindicam o ingresso dessas personagens no rol daqueles que participaram da construção de seus países, eliminando a conotação negativa que lhes atribuiu o poder falocêntrico. Reconstroem os fatos históricos nos quais as personagens se envolveram e redefinem suas identidades, estruturando-as a partir das novas definições sociais concretizadas através da participação ativa nos eventos e nas sociedades em que viveram. Para Lobo (2002), essa releitura histórica é a diferença entre a narrativa histórica masculina e a feminina:

Los autores de novelas históricas corrigen la visión lineal del tiempo. Pero las autoras hacen algo más, al transformar a sus personajes en testigos de los episodios históricos no solamente las vuelven protagónicas, también proponen, implícitamente, otra historia posible.

Dessa forma, os romances históricos produzidos pelas próprias mulheres se aproximam da teoria benjaminiana de que “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”. (BENJAMIM, 1985, p. 228). Somente uma visão feminina da história de Joana e de Malinalli pode resgatá-las da obscuridade e do jugo do autoritarismo masculino presentes em suas histórias. Desse modo, as narrativas não

³ Para Jameson (2007) a possibilidades de novas *verdades* históricas é o *leitmotiv* que faz renascer o romance histórico na pós-modernidade.

⁴ Na obra, a autora opta por nomear a índia Malinche por seu nome de batismo Malinalli. Acreditamos que tal fato aconteça porque Malinche não era o nome da índia, mas significava *senhor de Malinalli* e era como os indígenas chamavam Hernán Cortes: capitão *Malinche*. A opção nos parece coerente, pois tal significação não condiz com um discurso de liberação feminina proposto pela autora.

inserem as personagens na historiografia já escrita sobre essas figuras históricas, mas vê as histórias da rainha de Castilha e da índia mexicana a partir de um espaço de alteridade no qual reivindicam e questionam as versões oficiais:

En general, los historiadores hasta ahora, apenas se han detenido a considerar lo que significaría para una mujer de su edad, embarazada, enamorada y sitiada por intrigas de estado, enfrentarse la muerte inesperada y súbita de su marido [...] Que ella se hubiera deprimido se vería hay como la consecuencia natural de esa cadena de acontecimientos. Quizás por machismo, el juicio histórico contra Juana ha omitido estas consideraciones (BELLI, 2008, p. 257).

Os romances partem das versões já conhecidas e difundidas pela historiografia oficial, mas as redefinem, resgatando versões que apresentam o ponto de vista das próprias personagens ex-cêntricas, confinadas a realidades de opressão social desde o nascimento. As obras almejam contrapor suas versões às difundidas pelas classes dominantes que relatam os fatos sem qualquer tipo de questionamento. Ao retomar o passado de Joana e de Malinalli, as narrativas estabelecem a urgência da instalação de um novo olhar sobre o comportamento e a participação dessas figuras femininas nos eventos históricos e nas sociedades em que viveram. Com tal atitude, os textos criam personagens sem quaisquer relações com os modelos propostos pela história oficial: reivindicam as mulheres apaixonadas e revolucionárias que foram e reconstróem novas subjetividades para Joana, a primeira rainha de Castilha e Malinalli, a primeira nativa a participar ativamente da Conquista. Essa reconstrução identitária é importante porque inclui na construção da nação espanhola e da mexicana a participação das duas figuras históricas, desmistificando as acepções culturais até então existentes de que as participações das duas personagens foram insignificantes e/ou negativas para a História dessas nações. Se, como nos afirma Hall (2005, p. 21), “[...] a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, [e] a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”, então, os romances ao construírem personagens conscientes dos próprios protagonismos na História de seus países, configuram identidades para Joana e Malinalli diferentes das já concebidas pelos discursos históricos oficiais.

Esse processo de construção e reconstrução identitária é fundamental nas narrativas analisadas, pois no mundo contemporâneo, a identidade é formada e transformada continuamente nos sistemas culturais em que se vive. Ao redimensionarem os papéis das personagens na História, as narrativas não partem do zero, mas incorporam as personalidades de Joana e de Malinalli atitudes e valores desprezados e/ou apagados pelo discurso

hegemônico patriarcal. Se nos textos falocêntricos as características ressaltadas das personagens eram a submissão, o medo, a passividade e a ignorância; nos textos de Belli e Esquivel são a inteligência, a coragem, o poder, a independência e a opinião própria. Essa nova visão presente nas narrativas transforma as personagens em seres com rosto, voz e poder.

Contudo, somente recontar as histórias de Joana e de Malinalli não é suficiente para as autoras. Elas devem fazer com que as histórias sejam críveis tais quais às formuladas pelos discursos falocêntricos. Para desarticular a “verdade absoluta” inerente à historiografia oficial, elas acrescentam, ao final das narrativas, capítulos bibliográficos ou notas explicativas. Neles apresentam livros históricos e ensaios cujos temas são as histórias de Joana e Malinalli e da época em que viveram. Dessa forma, procuram equivaler os seus romances aos textos históricos, mostrando que o resgate histórico feito para a confecção dos romances parte também de textos de especialistas no tema e que a investigação feita sobre os eventos históricos foi bastante precisa.

A narrativa de Esquivel apresenta um capítulo intitulado apenas como “Bibliografia”, no qual consta uma listagem de 34 livros sobre a Conquista do México, a vida de Malinalli e a de Hernán Cortés. Em nossa opinião, uma listagem tão longa tem o objetivo de reforçar a veracidade dos fatos narrados e precisar que a sua história não se difere, em seus aspectos mais importantes, da história oficial. Os acontecimentos mais marcantes da vida de Malinalli, tais como nascimento, encontro com os espanhóis, o filho com Cortés, o casamento com Jaramillo e sua morte são fiéis aos narrados pela historiografia oficial. Entretanto, apresentam uma óptica diferente, já que o narrador os conta sob a perspectiva da índia. A narrativa está toda escrita em terceira pessoa e não há nenhum comentário da voz enunciativa nem sobre os livros da bibliografia, nem sobre qualquer outro tema.

Já na obra de Belli, ao término da narrativa, há um capítulo cujo título é “Nota final”. Nele, a autora, além de agradecer às pessoas que lhe ajudaram na pesquisa histórica para a confecção da obra, apresenta, em forma de testemunho, uma bibliografia sobre a vida e a época em que viveu Joana. Ressalta que a personagem de sua ficção é fiel à figura histórica, pois os acontecimentos narrados foram reconstruídos sobre dados copilados de uma ampla bibliografia sobre vida da rainha: “Aunque el punto de vista narrativo de esta novela es ficticio, la historia de Juana no lo es. Los hechos que se narran han sido reconstruidos sobre los datos históricos existentes, tomados de fuentes reales y de la amplia bibliografía de estudiosos [...]” (BELLI, 2008, 324). Nessa parte, a autora explica o sistema de construção

da novela e o motivo pelo qual a escreve, mostrando estar consciente do processo de reconstrução identitária que faz da personagem histórica sob uma óptica feminina:

Las contradictorias versiones sobre el estado mental y lucidez de la reina Juana de Castilla, que se encuentran en las referencias históricas de primera mano, dejó por mucho tiempo amplia libertad a los historiadores – mayormente hombres – para interpretar la actuación de la reina según su propia subjetividad y, por qué no decirlo, prejuicios. Esto es lo que me provocó, *como mujer del siglo XXI*, armada de una visión distinta de los motivos y razones que nos conducen a las mujeres a actuar de tal o cual manera, a vislumbrar la intimidad de Juana *desde una perspectiva femenina* y sacar de su drama las conclusiones a las que apunta esta novela (BELLI, 2008, p. 323, grifo nosso).

Na “Nota final”, para não deixar nenhuma margem de dúvida, a autora explicita a sua interpretação sob a égide feminina dos fatos históricos e da nova identidade construída ao longo da narrativa para Joana. Para ela, a rainha de Castilha era uma mulher forte, decidida e incompreendida que ganhou a alcunha de louca por não negar o seu erotismo e a sua paixão. Rebelou-se contra as normas sociais impostas às mulheres nos séculos em que viveu⁵. Padrões sociais que anulavam qualquer tentativa de o feminino ser sujeito de sua própria vida: “Personalmente, *mi conclusión*, es que cualquier mujer con un sentido firme de sí misma, confrontada con las arbitrariedades y abusos que ella enfrentó y debiendo aceptar su impotencia frente a un sistema autoritario, se deprimiría” (BELLI, 2008, p. 324, grifo nosso).

Acrescenta ainda, nessa parte, que existem incoerências entre as versões da historiografia oficial sobre a história de Joana. Há relatos que associam o seu comportamento à loucura, mas, segundo a pesquisa feita, a doença da rainha seria a que conhecemos nos dias de hoje como bipolaridade. Com isso, a voz enunciativa ratifica mais uma vez a sua versão de que as atitudes de Joana são atos de rebeldia às normas sociais impostas e desmistifica a versão oficial sobre *a loucura* da rainha: “Cada quién vive sus depresiones de distinta manera y es comprensible que la falta de inhibiciones de Juana para expresar su descontento y su tristeza se interpretara, en una época en que la represión era norma de conducta, como locura” (BELLI, 2008, p. 324).

A autora acrescenta também, ao término da narrativa, dois anexos que reproduzem dois documentos oficiais que, segundo ela, podem ser encontrados e consultados no Arquivo Geral da cidade de Simancas, na Espanha: o discurso de Joana pronunciado em 24 de

⁵ Delgado Rodríguez ao analisar a figura da rainha Joana afirma que “Su erotismo, su pasión, su ira y ferocidad, su fortaleza, su anhelo de autorreferencialidad y abierta rebeldía ofenden la imagen de la mujer creada y sostenida por el patriarcado. Su presencia insulta a su marido, -que sólo la acepta como objeto de su deseo-, a su padre y a la Iglesia”.

setembro de 1520 junto à primeira audiência da rainha com a *Junta Comunera*, na qual se rebelou contra as mentiras contadas sobre ela, principalmente pelo rei Carlos I, seu filho e a relação de Catalina Redonda (camareira de Joana) sobre o cofre que a rainha Joana guardava. Ambos os documentos são importantes na narrativa. O primeiro por apresentar, nas próprias palavras da personagem Joana, as intrigas que fizeram parte de sua vida: “Y porque siempre he tenido malas compañías y me han dicho falsedades y mentiras y me han traído en dobladuras [...]” (BELLI, 2008, p. 329). O segundo por descrever o cofre, oficialmente desaparecido até hoje, no qual a rainha guardava seus escritos em forma de diário. Na narrativa, o roubo do cofre é associado à família dos Denia que vigiavam a rainha para não fugir e da qual desce o personagem Manuel. O objeto é encontrado por ele e Lucía no final da narração e dentro estão os manuscritos de Joana. Nos manuscritos encontrados, a rainha conta a trama engendrada para afastá-la do poder. Porém, manuscritos e cofre se perdem no incêndio ocorrido na casa de Manoel. Para Manuel e Lucía, o fato de terem encontrado os manuscritos é fundamental para a trama narrativa, porque são esses documentos que dão veracidade à teoria defendida pelos personagens de que Joana não estava louca, era plena de sua razão, mas foi vítima de intrigas para não chegar ao poder, como confirma a própria rainha:

Y yo no tengo más recurso que dejar esta imprecación para los siglos, estos folios que esconderé, que llenaré, esta tinta que será mi sangre hablando para el tiempo. Quizás esté loca. No dudo de que algún día me convencerán de estarlo, que terminaré viendo gatos y alucinaciones. Uno se convence de la verdad de las mentiras que se repiten sin cesar, sobre todo cuando son las únicas cosas que oye (BELLI, 2008, p. 313).

Esses capítulos presentes no final das duas narrativas analisadas são necessários para as autoras alertarem o leitor sobre o quão subjetivo pode ser o discurso histórico. À medida que explicitam os textos considerados históricos, ratificam a ideia de que o discurso é mediado pelas palavras e o quanto elas podem ser falsificadas pelas ideologias do poder hegemônico, pois, quem controla a escrita, tem o poder de controlar a História e pode, portanto, criar “verdades”. A inserção desses capítulos nas narrativas contribui para fortalecer as identidades que as autoras desejam construir para as personagens.

5. DISCURSO E PODER: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO FEMININO

Para Velasco Marín (2007), a escrita feminina se constrói na relação dialógica entre discurso e poder. Isso ocorre porque quem se apodera do discurso constrói o conhecimento e alcança o poder e, conseqüentemente, se transforma em sujeito. Como apenas o gênero masculino se apoderou do conhecimento, somente ele era visto como sujeito. Coube à mulher apoderar-se da palavra, do conhecimento para transformar-se em sujeito e alcançar o poder inerente ao mundo patriarcal. Alcançar esse poder é entrar em um mundo no qual a maior parte dos discursos se encontra controlados pelas regras masculinas, sancionados por um modelo de representação que coloca o feminino como uma categoria inferior e secundária. Por isso, as mulheres que se atreveram a romper essas regras foram rechaçadas, rotuladas e renegadas pela historiografia oficial.

Joana e Malinalli foram figuras que ousaram romper as regras impostas pela classe masculina dominante, apropriando-se do mundo do discurso, do conhecimento, e, conseqüentemente, do poder. A primeira, segundo os relatos históricos oficiais, foi uma das mulheres mais cultas de sua época e; a segunda foi a única nativa que logrou conhecer os dois idiomas mais importantes da sociedade na época em que viveu. Desse modo, não nos surpreende que as narrativas apresentem marcas que são deixadas propositalmente pelos narradores para que o leitor construa as identidades das duas personagens a partir da oposição linguagem/conhecimento e poder. Ao se apoderarem do discurso, as personagens se conscientizaram do poder que adquiriram, rebelaram-se contra as regras sociais impostas e passaram a controlar as suas próprias vidas, construindo e/ou redefinindo identidades diferentes das impostas pela sociedade patriarcal em que viveram.

Na obra de Esquivel, a associação existente entre o poder do discurso e a construção da “verdade” absoluta ocorre através da oposição dos personagens Malinalli e Cortés. A reconstrução da figura de Malinche para a de Malinalli, ou seja, de mulher traidora à personagem central na Conquista, ocorre quando a índia se conscientiza do poder das palavras e da manipulação do discurso por quem detém esse poder. Começa, então, a perceber que a “verdade” é construída e reconstruída pelo modo como o sujeito utiliza esse poder para desempenhar o seu papel na sociedade. Através dessa conscientização, o romance começa a desestruturar a figura de Malinalli construída pelo discurso masculino:

Ella nunca antes había experimentado la sensación que generaba estar en el mando. Pronto aprendió que aquel que maneja la información, los

significados, adquiere el poder, y descubrió que al traducir, ella dominaba la situación, y no sólo eso, sino que la palabra podía ser un arma. La mejor de las armas (ESQUIVEL, 2006, p. 71-2).

Essa visão crítica sobre o poder das palavras também ocorre com relação à Conquista, mostrando que linguagem e poder estão entrelaçados e que o domínio do discurso é fundamental para o processo da Conquista mexicana: “Sin palabras, sin lengua, sin discurso no habría empresa, y sin empresa, no había conquista” (ESQUIVEL, 2006. p. 42). As reflexões de Cortés sobre o poder da palavra na narrativa é um dos recursos utilizado na narração para reconstruir a identidade de Malinalli. Tal recurso demonstra a impossibilidade de Cortés sair vitorioso na conquista das novas terras sem a intervenção da índia, uma vez que é ela quem domina o discurso dos dois povos e não ele. Essa argumentação reforça a importância da participação da índia para o sucesso da Conquista, desconstruindo a história oficial que menospreza a sua intervenção e muitas vezes, nem a cita. Contudo, vale ressaltar que as consequências advindas desse processo são diferentes para cada gênero e estão relacionadas ao papel que possuem na sociedade: para Cortés é uma forma de adquirir mais prestígio social; para Malinalli de chegar a ser reconhecida pela sociedade como sujeito.

Outro recurso utilizado pela voz narradora é a descentralização do protagonismo de Cortés no fato histórico. A historiografia oficial relaciona discurso e poder às atividades realizadas por Cortés durante o processo da Conquista mexicana, porém, em *Malinche* há uma inversão gradual. No início da narração, o conquistador espanhol divide o protagonismo com Malinalli, mas no decorrer da narrativa, em um processo de carnavalização, o narrador lhe coloca em um patamar inferior àquele previsto pela historiografia oficial: ele é visto como um homem frágil, de pouca estatura, muito aquém das expectativas de seus pais e da sociedade da época.

A voz narradora ao descentralizar a figura de Cortés, outorga à índia o papel de protagonista na empresa da conquista mexicana, porque foi ela que dominou o discurso, sendo a intérprete das duas línguas - espanhol e Náhuatl. Enfatiza que a função de Malinalli foi aquém de uma simples intérprete, já que ela era a encarregada não só de traduzir, mas também de explicar ao conquistador a maneira de pensar, os costumes e as crenças dos povos mexicanos. Ela foi a “língua” de Cortés, nome pelo qual seria conhecida nas crônicas da conquista. A própria denominação “língua” mostra a importância da índia. Por ser a única que dominava tanto o idioma do conquistador quanto os dos conquistados, adquiriu uma posição fundamental no fato histórico. Somente ela podia influenciar (e será que não influenciou?) no devir dos acontecimentos ao dar uma interpretação diferente nas traduções, ao acrescentar ou

suprimir do discurso palavras ditas pelos astecas ou pelos espanhóis. Com isso, a voz narrativa pretende convencer o leitor de que foi a índia e não Cortés, ou qualquer outro espanhol, quem participou de maneira ativa e preponderante para construir a imagem do novo mundo:

Ella [Malinalli] tenía el poder de lograr que sus palabras incluyeran a los otros dentro de un mismo propósito, que los arroparan, que los cobijaran o los excluyeran, los convirtieran en oponentes, en seres separados por ideas irreconciliables, en seres solitarios, aislados, desamparados, tal como ella, quien, en su calidad de esclava, por años había sentido lo que significaba vivir sin voz, sin ser tomada en cuenta e impedida de para cualquier toma de decisiones. [...] No sólo trataba de decir o no decir o de sustituir un nombre por otro, sino que al hacerlo, se corría el riesgo de cambiar el significado de las cosas. Al traducir, Malinalli podía cambiar los significados e imponer su propia visión de los hechos y, al hacerlo, entraba en franca competencia con los dioses, lo cual la aterrorizaba (ESQUIVEL, 2006, p. 72-3).

Na obra de Belli, a reconstrução identitária de Joana também se dá através do poder das palavras, mas adquire um valor que vai além do sentido sócio-político e ideológico presente em *Malinche*. Isso porque a obra se divide em dois planos. O primeiro acontece na época da ditadura franquista quando a jovem centro-americana Lucía, estudante de um colégio interno em Madri, encontra Manuel, um madrileno de quarenta anos, professor de história, descendente do rei Felipe, marido de Joana. E cuja obsessão é história de vida da rainha Joana de Castilha. O segundo ocorre quando Manuel pede a Lucía que use um vestido idêntico ao utilizado por Joana e começa *contar-lhe* a vida da rainha durante os séculos XV e XVI. Enquanto a narração da vida da rainha por Manuel seduz à estudante, o próprio Manuel passa a ser seduzido por Lucía. A narraçãoa narração flui lentamente da terceira para a primeira pessoa, instalando-se a ambiguidade: é a própria Joana quem regressa para contar a sua versão dos fatos? É Lucía, através de Joana ou é Manuel quem lhe sussurra a história de Joana em seu ouvido? Seja de quem for a voz narrativa, o fato é que a figura de Joana se define claramente diante dos olhos do leitor, através do poder das palavras: “Y ¿como no iba ya a reconocer el poder de las palabras si eran ésas las que me habían conducido hasta allí [...]” (BELLI, 2008, p. 25).

O ato de narrar, a força das palavras para a construção da realidade também é o instrumento com o qual se constrói o universo narrativo de *El pergamino de la seducción*. A palavra, a história contada por Manuel, seduz Lucía a ponto de querer reconstruir o mundo de Joana. Desse modo, a história dos personagens de Lucía e Manuel do primeiro nível narrativo se entremescla com a história da vida de Joana. A partir da narração de Manuel começa a se

delinear a vida da rainha de Castilha: “Manuel me dijo que narraría la vida de Juana de Castilla y su locura de amor por su marido Felipe el Hermoso [...] (BELLI, 2008, p. 11). Contudo, quando se inicia o segundo plano, a narrativa não se encontra mais na terceira pessoa (já não é Manuel quem conta a vida de Joana?), mas passa a primeira, como se fosse a própria Joana quem contasse a sua história: “Y es Toledo, el 06 de noviembre de 1479, día de mi nacimiento” (BELLI, 2008, p. 40).

Se no início da narrativa a jovem Lucía aceita passivamente as convenções sociais que, segundo seus avôs, ela deveria reproduzir por pertencer a uma classe econômica privilegiada, à medida que vai contando a vida de Joana, incorpora a rebeldia da rainha às normas sociais, a ponto de mudar os rumos de sua vida e transformar-se em um ser livre. Desse modo, o processo de redescoberta do sujeito perpassa pelos dois planos da narrativa: tanto pela figura de Joana nos séculos XVI e XVII quanto pela de Lucía nos anos sessenta do século XX. São dois mundos diferentes – o da sociedade inquisitorial e da ditadura franquista - que se entrelaçam em relação à repressão feminina. Ambas as personagens se sentem prisioneiras de contextos sociais nos quais a mulher não tem voz e a não lhe é permitido o acesso ao poder: “Ninguno de esos caballeros –ni siquiera mi buen amigo, el almirante de Castilla, don Fadrique Enríquez- se dignó considerar que yo tendría la capacidad de hacerme cargo del poder”. (BELLI, 2008, p. 259). As personagens vivem em sociedades que limitam e reduzem suas possibilidades vitais. A necessidade de serem elas mesmas, de viverem segundo suas próprias vontades faz com que se rebelem. Contudo, se Joana não conseguiu escapar das amarras da sociedade patriarcal; Lucía encontra outro destino. Ao recontar e reviver a vida de Joana insere-se em um passado que mudará o seu presente. Compreende através da história de amor e de rebeldia de Joana que uma mulher pode traçar o seu próprio destino. Liberta-se dos preceitos patriarcais repressivos e reescreve a sua própria história. Dessa forma, constrói uma nova identidade:

Ahora yo recogeré las memorias de su reino. La colegiala que escribía cartas en el internado con una caligrafía pulcra y redonda, la que se fascinaba con los puentes que urdían sus palabras para sacarla de aquel espacio constreñido, recogerá los hilos, se exorcizará de sus tristeza, y escribirá otra historia, otra verdad para desafiar la mentira (BELLI, 2008, p. 322).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações feitas, verifica-se que a releitura da História nas obras analisadas tem como objetivo principal redefinir os papéis sociais de Joana e de Malinalli nas

sociedades em que viveram. As novas histórias preenchem os vazios existentes na historiografia oficial sobre a participação das duas personagens na construção da identidade das nações que se formavam. As narrativas recontam, segundo uma visão feminina, a história da vida das personagens e problematizam a versão legitimada pela historiografia. Com isso mostram como Joana e Malinalli foram silenciadas - em espaços diferentes, mas em tempos coincidentes - pela ideologia patriarcal que as menosprezou no registro daqueles que fizeram a História.

Através do diálogo com a história, as autoras contestam as formas de representação das personagens no passado histórico e reafirmam suas individualidades em um mundo dominado pelo sujeito masculino. As personagens criadas fogem do estereótipo feminino que prima pela submissão à voz masculina, pela negação do conhecimento e do poder. Dessa forma, os textos se abrem a uma intervenção transgressora à história oficial: devolvem às figuras femininas de Joana e Malinalli o lugar que a História e a sociedade lhes recusaram.

Ao recontar a vida da índia mexicana, a narrativa de Esquivel transforma a índia em Malinalli – não mais em *Malinche*, nem *La Madre Chingada*, mas na mulher que viveu entre os dois mundos, sofreu pelas decisões tomadas e transcendeu sua época através da participação ativa em uma empresa destinada apenas aos homens. O mesmo acontece com a obra de Belli ao recontar a vida de Joana. A narrativa transforma a personagem conhecida apenas pela alcunha a *louca* nos livros de História em uma das mulheres mais poderosas de sua época: a primeira rainha da Espanha. Entretanto, configura uma personagem consciente das traições e das difamações de seu marido e de seu pai para usurpar-lhe o trono; sabedora de que será conhecida pela prosperidade como *a louca*, mas também que, através de seus filhos, forjará uma estirpe de reis e rainhas por toda a Europa. Com base nessa última herança, almeja ser conhecida. E assim o faz o romance de Belli.

Dando voz às personagens, colocando-as no centro do processo histórico, as narrativas rompem com o cânone, reconstruindo o discurso historiográfico oficial espanhol e hispano-americano. Consequentemente, reconstroem identidades diferentes das já conhecidas para as personagens. Essa reconstrução leva o leitor a perceber que são falsas as identidades de Joana e Malinalli construídas pelo discurso falocêntrico e presentes na sociedade até os dias de hoje. São construções de uma ideologia autoritária que desejava manter a sua hegemonia e aprisionar o feminino no espaço do privado e em papéis estereotipados na sociedade. Ao recuperar as participações da índia e da rainha na vida pública, as obras pretendem substituir o falso pelo o que poderia ser verdadeiro com o objetivo de construir para elas identidades

independentes do olhar masculino. Sob essa perspectiva, devem ser analisadas e valorizadas as personagens históricas presentes nos romances de Belli e Esquivel.

REFERÊNCIAS

AINSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. **Revista plural**. México, n. 240, p. 82-85, 1991.

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: --- **Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Vol. I. 7 ed. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-32.

BELLI, Gioconda. **El pergamino de la seducción**. 9 ed. Buenos Aires:Seix Barral, 2008.

CUNHA, Gloria da. **La narrativa histórica de escritoras latinoamericanas**. Buenos Aires: Corregidor, 2004.

DELGADO RODRÍGUEZ, Wanda I. *La mujer habitada y El pergamino de la seducción: Dos propuestas del ser femenino en Gioconda Belli*. **Revista El Amauta**, ns. 8/9, enero 2012. Disponível em <http://amauta.upra.edu/vol8-9/investigacion/Ponencia_Wanda_Delgado.pdf>. Acesso em 27/01/2013.

ESQUIVEL, Laura. **Malinche**. Buenos Aires: Suma, 2006.

ESTEVES, Antonio R. O romance histórico brasileiro no final do século XX: quatro leituras. **Letras hoje**. Porto Alegre, n. 4, p. 114-136, 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/4118/3119>>. Acesso em 25.04.2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: História, teoria, ficção**. Trad de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n.77, p.185-203, mar. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000100009>>. Acesso em 25.04.2011.

LOBO, Tatiana. Abordar la historia desde la ficción literaria (o cómo destejer la bufanda). **Revista Comunicaciónn**. Edición especial 2002. Costa Rica, n. 12 (23), 2002. Disponível em <<http://www.tec-digital.itcr.ac.cr/servicios/ojs/index.php/comunicacion/article/view/1241/1145>>. Acesso em 25.04.2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em 25/04/2011.

TROUCHE, André. **América: História e ficção**. Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

VELASCO MARÍN, María Adriana. La crítica feminista, el dedo en la llaga o el cuestionamiento al canon literario. In: GUARDIA, Sara Beatriz (ed). **Mujeres que escriben en América Latina**. Peru: Centro de estudios de la mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL), 2007. p. 551-62.